

UNIVERSAL EPISTEMOLÓGICO Um projeto de esquecimento

Pâmmela Silva Vieira Parreira
*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em
Memória Social (PPGMS) pela Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro (UNIRIO)*
E-mail pammelaparreira@edu.unirio.br

Francisco Ramos de Farias
*Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social
(PPGMS) pela Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro (UNIRIO)*
E-mail francisco.farias@unirio.br

Resumo

Este artigo propõe uma crítica ao conceito epistemológico de universalidade, compreendendo-o como um projeto de esquecimento que sustenta a colonialidade do saber, do corpo e do poder. A partir de uma abordagem decolonial, investiga-se como a modernidade ocidental, fundada na colonização, institui hierarquias entre saberes, corpos e culturas, apagando epistemologias não brancas e marginalizando identidades. O texto articula referências teóricas como Vergès, Lugones, Anzaldúa e Carneiro, e mobiliza expressões artísticas — música, cinema, fotografia, artes plásticas e literatura — como formas de resistência e reescrita da história dos vencidos. Defende-se a desuniversalização como caminho ético e político para a construção de uma sociedade pluriversal, onde o saber seja rede e não pirâmide, e onde a alteridade seja reconhecida como potência criadora. A pesquisa se insere no campo da memória social, propondo um exercício crítico e imaginativo de reconstrução dos saberes apagados e das vozes silenciadas.

Palavras-chave: Decolonialidade, universal, esquecimento.

Abstract

This article offers a critique of the epistemological concept of universality, understanding it as a project of forgetting that sustains the coloniality of knowledge, body, and power. From a decolonial perspective, it investigates how Western modernity—founded on colonization—establishes hierarchies among knowledges, bodies, and cultures, erasing non-white

Vergès, Lugones, Anzaldúa, and Carneiro, and mobilizes artistic expressions—music, cinema, photography, visual arts, and literature—as forms of resistance and rewriting the history of the defeated. The article advocates for de-universalization as an ethical and political path toward building a pluriversal society, where knowledge is conceived as a network rather than a pyramid, and where alterity is recognized as a creative force. The research is situated within the field of social memory, proposing a critical and imaginative exercise to reconstruct erased knowledges and silenced voices.

Keywords: Decoloniality, universality, forgetting.

Introdução

O presente artigo visa pensar como a criação de um conceito epistemológico de universal atribuído a pessoas e a saberes subentende um projeto de esquecimento. Partimos da colonização e de como ela reescreveu as estruturas do mundo ocidental em sua entrada na modernidade. Para tanto, recorreremos ao pensamento de Vergès (2020, p. 33), ao assinalar que:

Nesse sentido, a distinção que faz Peter Ekeh é útil: a colonização é um acontecimento / período, o colonialismo é um processo / movimento, um movimento social total cuja perpetuação se explica pela persistência das formações sociais resultantes dessas sequências.

Portanto, iremos abordar como a colonização reverbera nas estruturas dos sistemas sociais e políticos até a contemporaneidade. O colonialismo permanece vivo e em movimento atuante no sistema neoliberal, que continua produzindo desigualdades e corpos descartáveis. Compreendendo que a colonização não foi um processo que se encerrou, suas consequências se perpetuam, e os países que passaram por ela compartilham certas similaridades estruturais e sistêmicas. Optaremos pela terminologia que está sendo utilizada atualmente nas grandes mídias, o Sul Global, que, de acordo com Fernando Resende:

Além de englobar um problema de natureza política, ele [Sul Global] também busca dar conta de um problema de natureza cultural. Nesse sentido, o econômico deixa de ser um vetor único de reflexão, que é aquilo que está como em reflexão no termo em desenvolvimento' e 'emergente'. (Teixeira; Marcolino, 2023).¹

¹ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/entenda-a-origem-e-o-significado-de-sul-global/> Acesso em: 31 jul. 2025

Há a realização de que países que foram colonizados operam em uma estrutura que visa à manutenção da hegemonia branca por intermédio de uma reescrita de mundo, onde a

construção da realidade psicológica, política e cultural é completamente distorcida e marginalizante. Essa estruturação não ocorre apenas pela força; são utilizados diversos mecanismos que visam estabelecer o que é civilizado, o que é normal e o que é padrão. Coercitivamente, há proibição de cultos religiosos, de organizações sociais próprias e da comunicação em línguas nativas. Há diferentes modos de se invisibilizar pessoas e saberes, e cunhar conceitos “universais” é um deles. É uma maneira de disfarçar a opressão, convertendo possibilidades em um caminho único, que serve à vontade de uma elite que culturalmente introjeta suas vontades de uma maneira tão pulverizada pelas diversas estruturas sociais que passa a ideia de um consenso coletivo do que é certo, do que deve ser o objetivo, do que orientar a sociedade.

A linguagem é um desses caminhos de assimilação epistemológica e a linguagem é um desses caminhos de assimilação epistemológica e estruturação social, por ser compreendida como uma construtora de realidade, que opera nos corpos, disciplinarizando os e os conformando em como devem falar, pensar e agir. Somos condicionados a temer o que não podemos categorizar e entender pela nossa métrica, e essa régua é justamente fornecida pela linguagem. A linguagem define o que é o padrão e, concomitantemente, o que está excluído, o que foge dessa padronagem, catalogado como divergente, como algo impuro, sujo. O processo de negatividade associativa se instaura, e é buscado um afastamento. Na construção dos processos identitários, as pessoas tendem a afastar de si as características compreendidas como pejorativas, fragmentando as experiências pessoais para se encaixar nas características descritas como universais.

A prática de proibição de línguas nativas e de reestruturação social se opera a partir da compreensão do esquecimento como um mecanismo ativo, propositalmente instaurado pelos colonizadores como um modo de estruturar epistemologicamente e de modo hierarquizado o conhecimento, os saberes e os corpos. Culturas inteiras são reestruturadas, onde um esquecimento artificial e externo é coercitivamente imposto, atingindo pessoas e corpos de modos distintos, ressignificando o que são os seres humanos e suas novas categorias sociais, que passam a diferenciar e hierarquizar seus corpos. A colonização foi um evento onde pudemos acompanhar como se destrói e constrói mundos.

A colonização foi um acontecimento complexo, gerador, destruidor e ressignificador, que parece estender seus compridos tentáculos até a contemporaneidade sem constrangimentos. O colonialismo encontra-se presente em nossos sistemas sociais com sua herança segregadora, geradora de preconceitos e produtora de desigualdade, atuando economicamente, culturalmente e socialmente.

A colonização foi uma experiência que apresentou diferentes perspectivas de entendimento para os envolvidos. A perspectiva da vida negra/indígena passou a ser pautada pelo esquecimento, uma negativa de pertencimento e origem, onde suas vivências sociais passaram por uma reestruturação radical e violenta, externamente imposta, fazendo que

passem a conviver em um mundo emprestado, em que só os colonizadores brancos têm direito a uma história, a uma lembrança, ao conhecimento de seu passado, à memória e à autonomia de traçar seus caminhos e se exercer livremente. A realidade de viver em uma sociedade em que povos originários e negros passam a não ter valor por si, como ser humano. Ao serem racializados e categorizados como não humanos pelos colonizadores, são escravizados e catequizados, e forçados a conviver com a necessidade de se encaixar e buscar mecanismos de sobrevivência que os mantenham vivos.

Compreendendo que a situação social em que nos encontramos é insustentável e que a atual condição de desigualdade cultural e socioeconômica não é natural, e sim uma construção, faço um exercício de imaginação pensando em possibilidades para uma nova ressignificação dos corpos e dos saberes não brancos, na necessidade de pensar uma estrutura que não defenda a existência de algo Universal, uma vez que essa definição é sempre hierarquizante e minora o que está fora, mas sim de uma rede de saberes que compartilham a importância de estabelecer paralelos com as similaridades que compartilham e o respeito pelas diferenças, sem a necessidade de defender um fazer cultural segregador.

Inicialmente, faço um breve panorama do processo pelo qual os europeus passam a construir o conceito de Universal. A ideia do trabalho é convidar o leitor à percepção de que conceitos compreendidos como universais são armadilhas epistemológicas que defendem um saber hierarquizado, que depende de mecanismos de esquecimento, que se efetivam por meio do apagamento histórico genocida e epistemicida para se estabelecer. Hierarquização essa que não permanece apenas no campo epistemológico e que permeia os outros sistemas estruturais da sociedade, tendo uma abrangência complexa e expansiva. Finalizando o artigo com um convite a um exercício imaginativo de como é possível estabelecer relações não excludentes com os saberes e pensar o conhecimento como uma rede e não como uma pirâmide.

Cria-se o Universal pela colonialidade do Corpo, do Poder e do Saber

Analisar a identidade moderna a partir da Colonização, no nosso caso das Américas, é iniciar uma investigação dentro do próprio conceito de Colonização e constatar que foi um

5

evento divisor. Cultura, temporalidade, geografia, tudo sofreu uma reanálise, todos os conceitos foram questionados, o mundo passou por um processo de revisão. A Europa passou por processos internos de povos sendo conquistados por outros, mas o processo de colonização, de “descobrimto” das Américas, África e Ásia foi um processo inédito, uma experiência nova, com consequências desconhecidas e imprevistas. Um encontro inusitado que mudou o curso da existência de todos os lados envolvidos. Não é sempre que se depara com um desconhecido radical, que não é possível se identificar na figura do outro minimamente, e diante do espanto as possibilidades de ação podem ser muitas:

curiosidade, uma busca por similaridades, uma troca de conhecimentos, uma experiência de ressignificação do que já é conhecido. No entanto, quando um dos outros se entende como o Universal, a gama de opções se restringe, o Outro deixa de ser o desconhecido para ser o errado, o diferente deixa de causar atração e passa a ser alvo de dominação, correção e perseguição. É nessa elaboração de Universal que o trabalho pretende se aprofundar, abrindo uma vereda para situar a observação de Carneiro (2005, pp. 47-48) de que:

Então, o processo do que foi chamado de “descobrimientos” faz emergir uma nova tríade de poder, saber e subjetividades informadas pela racialidade conformando novos sujeitos-forma: homens, nativos, brancos, não-brancos. Encontraremos, também, em Mills o que ele denomina de tropo retórico através do qual busca desvelar um sistema político não nomeado que vem historicamente se desenvolvendo subsumido em outros sistemas políticos, e, isto, de forma mais duradoura na história do que alguns deles. É a supremacia branca, estruturada por um Contrato Racial...Ou seja, o Contrato Racial é um contrato firmado entre iguais, no qual os instituídos como desiguais se inserem como objetos de subjugação, daí ser a violência o seu elemento de sustentação. (CARNEIRO, 2005, pp. 47-48)

A partir da colonização, há a invenção de um mundo. É um ato tão peculiar que pode servir como um marco que delimita o momento anterior e o que se edificou em decorrência dele. Inclusive, segundo Quijano (2005), é justamente nesse movimento de “descobrimiento” que se inicia a modernidade, com a criação de outras categorias para enquadrar seres humanos, como a criação da raça.

A comparação entre culturas, a preocupação entre as relações sociais, não é uma questão que surge com o “descobrimiento”. Heródoto já estudava essas questões. No entanto, esse encontro cultural fomenta comparações que ameaçam os próprios fundamentos do mundo ocidental.

Todo o nosso mundo, o Mundo Novo, foi construído a partir de uma radical experiência de ruptura: o homem novo, que pelas navegações parece incompatibilizar-se com as suas próprias raízes, promete a si mesmo um

6

mundo totalmente outro. Sua missão é nova: a construção de um mundo realmente inédito...Pois o descobrimiento foi antes de tudo a instauração destas duas coisas: a criação de uma experiência inédita da universalidade, e de uma universalidade que soube deixar-se perpassar pela prática da invenção de um espírito crítico também ele inédito...O descobrimiento não passa de uma modalidade de cultura do universal, de um jogo de intensas contraposições, ressalvada, no caso, a amplidão do conceito: o que nele desponta é nada menos do que a ideia de Humanidade...Estamos, evidentemente, ao nível do universal concreto, isto é, de um universal que se vai construindo através do processo histórico... universal concreto no sentido que vem de ser estipulado... (BORNHEIM, 1998, p. 16)

Uma questão de extrema relevância é que essa invenção não se dá no vazio. Com a ideia do Novo Mundo, parece que os colonizadores chegaram trazendo pedacinhos de seu mundo nos porões das caravelas e, oportunamente, encontraram aqui um espaço vazio que

ansiava por ocupação, o que não é verdade. O Novo Mundo é o Mundo Velho de vários povos e culturas, e para garantir que a narrativa do Novo Mundo acontecesse, foi preciso destruir o Velho. O Novo Mundo foi construído em cima dos escombros de mundos que precisaram ser destruídos. Foi construído operando o esquecimento, a negação e a omissão como projeto.

Quando a ideia de humanidade começa a se desdobrar da colonização com a fundação de uma concepção de universalidade, é preciso compreender que sua construção histórico-social se dá de maneiras diferentes para cada um dos polos envolvidos, pois é uma universalidade que tem a chance de se sobrepôr a grupos étnicos sociais de forma absoluta, causando uma fratura na realidade dos nativos que veem sua realidade reescrita.

Os povos originários são obrigados a lutar pelo direito de existir em uma guerra que perdura até a contemporaneidade, em que ainda lidam com questionamentos externos do que é ou não ser indígena, com mecanismos evangelizadores, com ataque a suas terras e com suas criações culturais, tais como seus grafismos e propriedades intelectuais sendo comumente apropriadas por indústrias por não existir um direito autoral coletivo.

o Brasil não existia, o Brasil é uma invenção e a invenção do Brasil ela nasce exatamente da invasão inicialmente feita pelos portugueses e depois continuada pelos holandeses e depois continuada pelos franceses num moto sem parar onde as invasões nunca tiveram fim, nós estamos sendo invadidos agora...Tinha gente aqui, com história, alguns desses povos com história de dois mil anos. Os Guaraní hoje se atesta que tinham quatro mil anos de compreensão de si como povos e que se relacionava com os povos andinos... quando os brancos chegaram eles foram admitidos como mais um na diferença e se os brancos tivessem educação eles podiam ter continuado vivendo aqui no meio daqueles povos e produzido outro tipo de experiência, mas eles chegaram aqui com a má intenção de assaltar essa terra e escravizar o povo que vivia aqui e foi o que deu errado, então eu digo isso a qualquer uma pessoa que está me ouvindo falar que se você se

7

sente parte dessa continuidade colonialista que chegou aqui você é um ladrão, seu avô foi, seu bisavô foi... (KRENAK, 2019.2)

É preciso compreender a colonização e o “descobrimento” para além de um fato isolado, e sim como um movimento de construção de uma modalidade de cultura hierarquizante que possa ser entendida como normal e universal, que para ser posta em prática envolveu um jogo de imensas contraposições entre as diversas culturas preexistentes, o que envolveu colisões e, posteriormente, apagamentos.

A descoberta de novos povos, com suas diferentes possibilidades culturais, com modos próprios de se organizar socialmente e existir, da possibilidade de religiões não institucionalizadas, dos remédios naturais, dos calendários diferentes, de formas não monetárias de lidar com as posses, do cultivo da terra à lida com animais, não despertou apenas uma curiosidade investigativa, que posteriormente poderia ser entendida como antropológica, mas apresentou uma potencial ameaça ao modo de vida europeu, pois as mudanças de paradigmas pareciam inevitáveis, e era imprescindível que a elite europeia controlasse esse processo.

[...]o entendimento que os portugueses estavam tendo que podiam escravizar os índios foi um dos principais motivos dos índios começarem a queimar os engenhos e os novos sítios coloniais e entender que os brancos eram invasores, quer dizer demorou para os índios interpretarem que os brancos

estavam aqui para ficar e para tomar a terra e se possível escravizar os donos da terra...nós estamos em guerra, eu não sei porque você está me olhando com essa cara tão simpática(direcionado ao entrevistador) nós estamos em guerra, o seu mundo e o meu mundo estão em guerra, os nossos mundos estão todos em guerra. A falsificação ideológica que sugere

que nós temos paz é para gente continuar mantendo a coisa funcionando...não tem paz em lugar nenhum, é guerra em todos os lugares o tempo todo...ao contrário do que muita gente diz que os empreendimentos portugueses tiveram que trazer negros da África pra cá porque os índios

não quiseram ser escravos, isso é uma tremenda de uma mentira, os índios foram escravizados a exaustão, foram mortos aos milhares sendo explorados pelo trabalho escravo...(KRENAK, 2019.3)

O encontro com o desconhecido foi inevitável, mas os desdobramentos não precisavam ser. Por trás do processo de instituição de um modo totalmente novo de compreensão do mundo, que irá fomentar o entendimento sobre o que é o Universal, está a elite monetária e intelectual europeia agindo para estabelecer o ser humano branco e o seu modo de vida como o padrão universal. A Europa, como normatização do padrão de civilidade, cultura e inteligência, deixa toda a vida não europeia em um segundo plano, como

² Transcrição própria de trechos da fala do historiador e filósofo indígena Ailton Krenak no episódio a Guerra da Conquista da série Guerras do Brasil.doc

³ Transcrição própria de trechos da fala do historiador e filósofo indígena Ailton Krenak no episódio a Guerra da Conquista da série Guerras do Brasil.doc

uma espécie imperfeita, um Outro radical. Em nome de influenciar esse processo e as narrativas oriundas da colonização, foi preciso dar início a medidas de controle que envolveram tanto o epistemicídio quanto o genocídio, como a evangelização que proibia os povos nativos de usarem suas línguas, assumirem seus nomes/denominações, e que envolvia uma prática que partia de métodos reducionistas e de descaracterização desses povos.

Ao compreender o trabalho realizado a partir da ideia do bom selvagem e da benevolência cristã de trazer Deus para esses povos, é preciso compreender que não se tratava de um mecanismo de inserção social. Era imperativo que ficasse bem demarcada a diferença entre o europeu e os habitantes do continente descoberto.

A “missão civilizatória” colonial era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação

sexual, controle da reprodução e terror sistemático (por exemplo, alimentando cachorros com pessoas vivas e fazendo algibeiras e chapéus das vaginas de mulheres indígenas brutalmente assassinadas)...Tornar os/as colonizados/as em seres humanos não era uma meta colonial...A transformação civilizatória justifica a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica.(LUGONES, 2014, p. 938)

A realidade do Descobrimento atravessa de forma irreparável a vida dos habitantes do pré-continente americano, que são seres humanos que tiveram suas humanidades negadas, suas identidades anuladas, seus conhecimentos desprezados, seus corpos violados e assassinados.

Conceituar é limitar e segregar, é criar um grupo de pertença e um grupo à margem que não podem e não devem ser confundidos; o Universal e o Outro precisam ser óbvios. Não pode haver margem para o bom selvagem ser entendido como europeu, para que não exista possibilidade de ele ser entendido como portador dos mesmos direitos.

Fez-se necessário pensar em uma maneira de consolidar essa ideia da diferença radical, de estabelecer um afastamento entre eles. É preciso distanciar ao máximo a possibilidade de ambos serem entendidos como seres humanos, de serem iguais; a mais remota semelhança precisa ser firmemente dissolvida, a fim de garantir uma dinâmica de exploração sem questionamento.

Os efeitos dessa visão não pluralista afetaram as pessoas que aqui habitavam, suas produções de conhecimento e seus costumes, e os reflexos disso ainda são experimentados atualmente por seus descendentes.

9

(...) nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes". A modernidade, em contraste, não é definida apenas como a experiência de convivência com a mudança rápida, abrangente e contínua, mas é uma forma altamente reflexiva de vida, na qual "as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas... (GIDDENS apud HALLS, 2015, p.13)

O projeto colonial faz com que a entrada na Modernidade seja sentida de forma diversa para os diferentes povos. Enquanto os europeus estão experimentando uma passagem gradativa da sociedade, estão se encontrando em um novo cenário, com novas possibilidades, abraçando as mudanças constantes em nome da expansão territorial, de um ganho de poder, os povos originários e os negros sequestrados e escravizados experimentam rupturas bem mais violentas: estão sendo arrancados de suas realidades, tendo seus símbolos destruídos, suas experiências apagadas e perdendo qualquer identificação que tinham com o mundo.

É um processo ativo de esquecimento, no qual línguas são proibidas, rituais são banidos, tradições orais e seus povos dizimados — um genocídio epistemicida que tem como objetivo apagar por completo da existência o sinal de povos e saberes que não estão em conformidade com o estipulado como Universal.

As novas gerações não sabem quem são, tiveram seus passados arrancados e seus modos desprezados e punidos. Para sobreviverem, foi preciso reaprender a ser, e o modelo de identidade disponível lhes conferiu uma posição de inferioridade — já não são mais

humanos.

Experimentam a perversidade humana, a construção de um Universal feito para guiar o Outro pela sua perspectiva. O europeu estipula o que é um corpo colonial, corpo esse que será desenhado para o abuso, que se dará na subserviência; seu papel será produzir algo para o outro usar, ver e consumir.

Ao usar o termo colonialidade, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos seres humanos. (LUGONES, 2014, p. 939)

Nesse processo de estabelecer novos conceitos e padrões, o filósofo Gerd Bornheim (1998) compreenderá que o nominalismo embasará todas as ciências, inclusive as históricas, compreendendo a concretude como estabelecida na realidade do próprio ser. Ou

10

seja, o conceito de universal abstrato é enfraquecido diante do nominalismo e pelo ser concreto que cunha um novo universal.

Há uma reescritura dos significados de modo global, onde o europeu busca firmar sua superioridade, sua universalidade perante a pluralidade humana. O mundo, reescrito aos moldes e pelos europeus, é hierarquizado e excludente, como salientado pela filósofa Sueli Carneiro (2005):

[...]embora nenhum ato formal consubstancie essa realidade histórica de supremacia branca ela, pode ser detectada em inúmeros atos que, afirmamos aqui, faz-se à maneira de Foucault. Assim, configuram a multiplicidade de elementos heterogêneos que constitui um dispositivo de poder e a rede que entre eles se estabelece, incluindo ditos e não-ditos na medida em que comparecem à cena histórica a partir de eventos de "descoberta" (CARNEIRO, 2005, p. 49)

A colonização põe em questionamento os pilares da nossa sociedade de diversas formas, e a principal é o próprio estatuto do que é o Outro. O contato com o Outro é sempre acompanhado de um mal-estar de se ver em uma situação extremada, que, ao mesmo tempo que repele, atrai.

Os europeus querem ouvir as narrativas dos navegadores, querem ter itens das terras distantes, querem receber em seus salões espécimes vindos do Novo Mundo — animais e indígenas são expostos na mesma qualidade. A curiosidade e a repulsa parecem caminhar juntas desde o início do processo colonial.

Em 1493, pela Bula 'Inter Coetera', datada de 4 de maio, o Papa Alexandre VI determinou a divisão do "Novo Mundo" - a partir de um meridiano traçado 100 léguas (mais ou menos 500 quilômetros) a oeste do arquipélago de Cabo Verde - mediante a "doação, concessão e dotação perpétua" de terras

e ilhas a leste ao Rei de Portugal e a oeste aos reis de Castela e Leão (Espanha).(Rocha,2023)⁴

A coroa espanhola, por meio da Bula *Inter Caetera*, expedida em 1493 pelo Papa Alexandre VI, recebeu o direito de posse sobre as novas terras. Em 1494, a corte portuguesa contestou a Bula, alegando que esta violava Bulas papais anteriores, e, no mesmo ano, Espanha e Portugal assinam o Tratado de Tordesilhas. Assim, o Novo Mundo está oficialmente dividido entre as duas coroas, sem que fosse dada qualquer consideração ou direito à voz aos povos que habitavam esse território.

O Papa usa seu poder divino e, portanto, entendido como soberano, para conceder o direito à posse das terras e, em contrapartida, as cortes seriam responsáveis por catequizar

⁴Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/387844/historia-da-formacao-propriedade-privada-e-registro-do-brasil> Visualizado em: 28 jan. 2025

11

os povos recém-descobertos. Toda formalidade unilateral do processo produz uma ideia de que os nativos não tinham qualquer discernimento e precisavam ser tutelados e gerenciados — nada mais falso e longe da realidade. Quer dizer, o mundo indígena existia de forma complexa, com diversas organizações sociais, regras, rituais e conhecimentos.

Ao contrário, encontrou-se com seres culturais, política, econômica e religiosamente complexos: entes em relações complexas com o cosmo, com outro entes, com a geração, com a terra, com os seres vivos, com o inorgânico, em produção; entes cuja expressividade erótica, estética e linguística, cujo saber, noções de espaço, expectativas, práticas, instituições e formas de governo não eram para ser simplesmente substituídas, mas sim encontradas, entendidas, adentradas em entrecruzamentos, diálogos e negociações tensos, violentos e arriscados que nunca aconteceram. Ao invés disso, o processo de colonização inventou os/as colonizados/as e investiu em sua plena redução a seres primitivos, menos que humanos, possuídos satanicamente, infantis, agressivamente sexuais, e que precisavam ser transformados. (LUGONES, 2014, p.941)

Os primeiros conquistadores escravizaram os povos indígenas, submetendo-os a trabalhos forçados, punições físicas cruéis e tratamentos degradantes.

Os espanhóis, com seus cavalos, suas espadas e lanças começaram a praticar crueldades estranhas; entravam nas vilas, burgos e aldeias, não poupando nem as crianças e os homens velhos, nem as mulheres grávidas e parturientes e lhes abriam o ventre e as faziam em pedaços como se estivessem golpeando cordeiros fechados em seu redil. Faziam apostas sobre quem, de um só golpe de espada, fenderia e abriria um homem pela metade, ou quem, mais habilmente e mais destramente, de um só golpe lhe cortaria a cabeça, ou ainda sobre quem abriria melhor as entranhas de um homem de um só golpe. (CASAS apud GOMES, 1984, p.33).

Questionamentos quanto ao tratamento dado aos povos indígenas começam a surgir:

se são passíveis de conversão pela evangelização, não seriam merecedores de melhores condições? A corte espanhola então instaura o sistema de *encomienda*, que consistia em entregar um lote de indígenas a um colonizador — o *encomendero* — tornando-o responsável por garantir a evangelização desses povos. Para compensar os gastos que o colonizador teria com esse processo, o indígena deveria ceder sua força de trabalho, sacramentando, na prática, o processo de escravidão indígena.

A rainha espanhola Isabel não era favorável ao tratamento desumano dos indígenas, embora nunca tenha tomado medidas concretas que de fato os retirassem da situação degradante imposta pelo processo colonial. Com sua morte, em 1504, a colonização ganha contornos ainda mais cruéis. Em 1511, a situação já era precária: os nativos estavam submetidos a atrocidades e privados de direitos mínimos. Tal cenário gerou comoção na comunidade dos dominicanos na América Espanhola, que reagiu contra a destruição e os

12

maus-tratos ao povo indígena, culminando no célebre sermão do frei Antônio de Montesinos.

Todos vós estais em pecado mortal. Nele viveis e nele morrereis, devido à crueldade e tiranias que usais com estas gentes inocentes. Dizei-me, com que direito e baseados em que justiça, mantendes em tão cruel e horrível servidão os índios? Com que autoridade fizestes estas detestáveis guerras a estes povos que estavam em suas terras mansas e pacíficas e tão numerosas e os consumistes com mortes e destruições inauditas? Como os tendes tão oprimidos e fatigados, sem dar-lhes de comer e curá-los em suas enfermidades? Os excessivos trabalhos que lhes impondes, os faz morrer, ou melhor dizendo, vós os matais para poder arrancar e adquirir ouro cada dia... Não são eles acaso homens? Não tem almas racionais? Vós não sois obrigados a amá-los como a vós mesmos? Será que não entendeis isso? Não o podeis sentir? Tende como certo que, no estado em que vos encontrais, não tendes mais chance de vos salvardes de que os muçulmanos e turcos, que não têm fé em Jesus Cristo".
(MONTESINOS, 1511)

Os dominicanos foram os primeiros a buscar tratamentos mais dignos para os povos originários, levantando os primeiros questionamentos sobre o processo colonial. Em resposta, a corte espanhola elaborou leis que visavam oferecer alguma proteção física aos indígenas e proibir sua escravização. No entanto, as Leis de Burgos não foram respeitadas, e, na prática, nada se alterou.

Ainda dentro do contexto das Leis de Burgos, em 1513, a situação dos nativos se agravou com a implementação do *Requerimiento* — uma intimação, fundamentada no Direito Divino, que deveria ser lida aos povos indígenas exigindo sua submissão à autoridade do Imperador Espanhol e do Papa. Ao aceitarem a intimação, os indígenas passavam a ser considerados servos da Coroa. Em caso de recusa, ficavam desprotegidos, e os espanhóis podiam dispor de seus corpos, legitimando a violência e a escravização.

Desse modo, penso que se cria um sistema em que o colonizador é, simultaneamente, algoz e salvador. É ele o responsável por perpetrar a violência e, ao mesmo tempo, por criar

as leis que supostamente protegem os violentados — que, aliás, não estariam sofrendo caso não houvesse uma política de exploração por parte do próprio colonizador.

A lei de proteção está vinculada ao esquecimento e ao apagamento: caso os nativos renunciem a quem são, aceitem o apagamento de suas histórias e identidades, então seriam considerados dignos de proteção. Os europeus, além de não se responsabilizarem pela violência genocida que realizam contra os povos nativos, ainda alocam a responsabilidade nas vítimas, ao deslocarem para elas a escolha de permanecerem ou não em situação de violência.

13

Conferem uma falsa sensação de escolha e justiça ao atribuir aos povos nativos a decisão sobre qual papel será desempenhado pelo colonizador. Ter o europeu como protetor passa a ser uma escolha dos povos nativos — uma escolha que lhes custa a identidade e a autonomia, mas que funciona perfeitamente para o europeu, pois retira dos colonizadores a responsabilidade pelos massacres e opressões, mantendo uma fachada de humanidade em todo o processo.

Os dominicanos não desistiram de buscar um tratamento mais digno para os nativos, e Bartolomeu de Las Casas surge como uma figura central, fazendo questionamentos e ataques contundentes ao modelo colonial. A situação se agrava nos anos de 1550 e 1551, quando a coroa espanhola decide realizar um julgamento em Valladolid, cidade espanhola, com o objetivo de discutir a política colonial de exploração da terra e dos povos indígenas.

O julgamento ocorre, mas não gera qualquer resultado prático, permitindo que a realidade violenta dos nativos permaneça inalterada.

O processo de colonização, com seu caráter expansionista, não foi interrompido. Seu sistema genocida de exploração e geração de capital prosseguiu livremente, até que o globo terrestre estivesse dividido em territórios europeus — usados, monopolizados e exauridos.

Os franceses também buscaram seu pedaço do continente americano, tanto no Norte como na costa sul-americana, onde, em 1630, começaram a ocupar o território que atualmente está localizado na Guiana Francesa e estabeleceram outras colônias, como a de Guadalupe, de Santo Domingues (Haiti), da Martinica e de Santa Lúcia.

O sistema de exploração territorial e humano é o mesmo utilizado pelos portugueses e espanhóis: são desenvolvidas plantações de cana-de-açúcar, café e cacau, que foram mantidas por um sistema escravocrata com pessoas negras trazidas da África.

Diante da exploração e desumanização dos povos originários, essas colônias estão em convulsão; ataques e revoltas indígenas são constantes, até que, em 1660, acontece um episódio peculiar que deixa claro o caráter saqueador colonial: a Expulsão Caribenha, quando os franceses, autointitulados como os donos da terra, expulsam e deportam os povos indígenas originários da ilha e impedem que retornem.

O Descobrimento, como um evento que não se esgota em um momento e espaço, e sim como criador de uma maneira de enxergar os territórios e seus povos, reescreve o mundo

e não fica restrito à América. Apesar da exploração das Ilhas Canárias pelos portugueses ser pré-colombiana, foi a partir do Descobrimento que o modelo de exploração genocida é amplamente testado e replicado por todos os países europeus, e ser descoberto passa a ser sinônimo de ver sua terra invadida, explorada, sua cultura apagada e ter seu corpo aprisionado.

14

Os portugueses exploraram a costa da África para o sul e ao longo do Oceano Índico, visando chegar à Índia, enquanto usurpavam e ocupavam territórios pelo caminho, como Goa, Malaca e Macau.

Os franceses não foram diferentes: construíram seu império com exploração, iniciaram seu contato no continente africano a partir da tomada do Senegal como um entreposto, em 1638, tendo expandido para o interior e para o sul, aumentando consideravelmente suas colônias nos anos seguintes.

Holandeses, alemães, italianos, dinamarqueses, ingleses, belgas e russos também participaram ativamente do projeto colonial imperialista, tomando territórios, matando nativos, escravizando os sobreviventes, enquanto aumentavam suas riquezas na base da exploração.

A realidade da escravização não se altera em decorrência de uma consciência diante do horror e da exploração violenta dos corpos humanos objetificados; não há um contexto de direitos humanos, a motivação é econômica. O século XVIII é marcado pelo início da Revolução Industrial, em que os modos de produção sofrem uma renovação: o trabalho artesanal é substituído por um trabalho em larga escala, que envolve o assalariamento de empregados e o uso das máquinas, consolidando o capitalismo.

Com uma maior produção, é preciso um mercado consumidor mais amplo, sendo um momento importantíssimo para a continuidade da expansão europeia no mundo, gerando um comércio intercontinental por meio de acordos de benefícios unilaterais que visam à afirmação do imperialismo colonialista

Apesar da escravização ainda ser uma realidade no Brasil, em alguns lugares ela encontra seu fim no século XIX, em 1888; no entanto, isso não significa uma melhora significativa da vida desses corpos não brancos explorados.

A exploração colonial não restringe os abusos aos assuntos da terra e produção; são também infringidos nos corpos, que precisam dar lucros de todas as formas, seja em vida ou morte.

Histórias como a de Sara 'Saartjie' Baartman, nascida em 1789 na Província Oriental do Cabo, na África do Sul, órfã ainda jovem, que se encontrava no cenário político-social da expansão colonial, onde os holandeses estavam em conflito com o povo Khoikhoi. Quando ela tinha 16 anos, seu noivo foi assassinado pelos holandeses, e ela vendida como escrava a Pieter Willem Cezar, que a levou para Cape Town, onde ela viraria empregada de seu irmão.

Em 29 de Outubro de 1810, Sara supostamente "assinou" um contrato com

um cirurgião de navio inglês chamado William Dunlop, que também era amigo de Cezar e seu irmão Hendrik. Aparentemente, os termos de seu "contrato" eram que ela viajaria com Hendrik Cezar e Dunlop para a

15

Inglaterra e Irlanda para trabalhar como empregada doméstica e ser exibida para fins de entretenimento. Ela deveria receber uma "parte dos ganhos" de suas exposições e poderia voltar à África do Sul após cinco anos. Dois motivos fazem com que a "assinatura" pareça duvidosa. A primeira é que ela era analfabeta e vinha de uma tradição cultural que não escrevia nem mantinha registros. Em segundo lugar, as famílias Cezar sofreram problemas financeiros e suspeita-se que tenham usado Sara para ganhar dinheiro.⁵

Foi exibida em Piccadilly Circus, em Londres, e em outras diversas atrações, com direito a exposições particulares, onde poderia ser tocada. Trabalhou exatos cinco anos, quando morreu em 1815, e mesmo assim não retornou à África do Sul; seu corpo, explorado em vida, continuou a ser explorado em morte. Seu cérebro, esqueleto e órgãos sexuais permaneceram em exibição no Museu do Homem, em Paris, até 1974. Seu retorno para casa aconteceu apenas em 2002, após a França concordar com um pedido feito por Nelson Mandela.

Sara Baartman não é um caso isolado, e os zoológicos humanos com povos originários, não brancos, foram uma atração muito famosa e lucrativa, que não tinham nenhum viés educativo sobre a alteridade — apenas alimentavam a narrativa colonial sobre o corpo não branco.

A ideia de promover um espetáculo zoológico pondo em cena populações exóticas aparece paralelamente em vários países europeus ao longo da década de 70 do século passado. Inicialmente, na Alemanha, onde em 1874 Karl Hagenbeck, vendedor de animais selvagens e futuro promotor dos principais zoológicos europeus, decide apresentar, aos visitantes, ávidos de "sensações", nativos de Samoa e da Lapônia como populações "genuinamente naturais". O sucesso dessas primeiras exposições o conduz, a partir de 1876, a enviar um de seus colaboradores ao Sudão egípcio, a fim de trazer animais bem como nubianos, para renovar a "atração". Esses últimos tiveram sucesso imediato em toda a Europa, sendo apresentados sucessivamente em diversas capitais como Paris, Londres e Berlim. Tal sucesso influenciou, sem dúvida alguma, Geoffroy de Saint-Hilaire, diretor do Jardim de Aclimação, que procurava atrações capazes de reverter a situação financeira delicada em que se encontrava seu estabelecimento. Ele decide então, em 1877, organizar dois "espetáculos etnológicos", apresentando os nubianos e esquimós aos parisienses. O sucesso foi fulminante. A frequência ao Jardim dobrou e alcançou, naquele ano, milhões de ingressos pagantes... (Bancel, Blanchard, Lemaire, 2000)⁶

⁵ On 29 October 1810, Sara allegedly 'signed' a contract with an English ship surgeon named William Dunlop who was also a friend of Cezar and his brother Hendrik. Apparently, the terms of her 'contract' were that she would travel with Hendrik Cezar and Dunlop to England and Ireland to work as a domestic servant, and be exhibited for entertainment purposes. She was to receive a 'portion of earnings' from her exhibitions and be allowed to return to South Africa after five years. Two reasons make her 'signing' appear dubious. The first is that she was illiterate and came from a cultural tradition that did not write or keep records. Secondly, the Cezar families experienced financial woes and it is suspected that they used Sara to earn money. <https://www.sahistory.org.za/people/sara-saartjie-baartman> Acesso em: 25/11/2019

⁶Disponível em: <https://diplomatieque.org.br/os-jardins-zoologicos-humanos/> Acesso em: 25/11/2019

A questão da crueldade colonial não é matéria isolada do início do processo ou de certos países; o problema colonial é que a sua construção é necessariamente explorativa, usurpadora, genocida, epistemicida, racista e insensível ao corpo humano. Seu objetivo é a acumulação de capital, é a geração de dinheiro para grupos específicos, é a manutenção da desigualdade, e o rastro de destruição e apagamento será sentido até a contemporaneidade.

Nas palavras de Vergès (2020, p. 43): “a temporalidade escravidão/abolição coloca a escravidão colonial em um passado histórico, e assim ignora o fato de que as estratégias de racialização e sexualização continuam projetando suas sombras em nosso tempo.” O colonialismo criou um sistema que produz e se alimenta da desigualdade, uma vez que é por meio dela que a exploração gera mais lucros — e esse sistema encontra um parceiro perfeito no neoliberalismo.

No século XIX, ainda na tentativa de racionalizar esse encontro com o diferente, uma nova ciência humana é desenvolvida: a Antropologia. Tal área nasce impregnada das ideias evolucionistas, com a perspectiva de que o mundo europeu é o padrão normal universal de civilização e, a partir desse lugar, começa a tentar explicar e sistematizar as causas dessas diferenças nos grupos sociais.

Ao traçar as primeiras metodologias para se entender o ser humano e a sociedade, foi usado como premissa inicial o princípio evolucionista, que compreendia que a cultura não era algo diferente para cada povo, e sim uma mesma coisa que estaria em diferentes níveis de evolução, partindo da selvageria à civilização — os selvagens sendo os ameríndios, africanos, australianos e qualquer um que não fosse europeu — enquanto o entendido como civilização modelo seria o espelho cultural da Europa, compreendendo a sociedade como portadora de uma gênese única, onde todos os grupos sociais, em algum momento, estariam em selvageria e gradativamente caminhariam para um modelo cultural entendido como civilizado.

Além da premissa evolucionista, havia uma outra problemática: o objeto de estudo e o estudioso estavam separados. Logo, as pessoas que estudavam as diferentes culturas não estavam experimentando, de fato, essas diferenças culturais; realizavam suas pesquisas a partir de seus escritórios, estudando através de documentos e relatos. A alteridade e o mundo das viagens eram experimentados de diferentes formas para o europeu. Não só os viajantes eram afetados — havia uma curiosidade generalizada — era preciso buscar e compreender o diferente, o Outro radical. Esse olhar distante e esterilizado causou uma série de mitos e preconceitos que são carregados adiante até os dias atuais.

Com esse novo desconhecido, abre-se a porta da imaginação, das possibilidades até então implausíveis, e, ao mesmo tempo, os racionalistas precisam analisar e decodificar

17

toda essa nova realidade, tornando-a controlável. A imaginação e a razão vão atuar conjuntamente nesse ser que surge a partir desse encontro e é conceituado e construído por ele mesmo.

Dos desdobramentos da colonização está todo o questionamento da tradição e a

necessidade de lidar com a alteridade de forma direta, inescapável, e, com isso, o europeu precisa se recriar. Mas traçar o que será entendido como o ser humano moderno não será suficiente — foi preciso criar quem o olha também. O ser humano moderno e o bom selvagem serão a negação um do outro; cada um passa a existir no limite do outro.

Se esse exercício do racional repele todas as milagrarías e os seus pertences, ele solicita um cultivo do imaginário que é milagreiro à sua maneira: ele inventa as utopias e os bons selvagens...isso significa que a produção imaginária funciona à maneira de um referencial cujo sentido estaria na confirmação crítica e ao mesmo tempo na consciência dos limites, das fronteiras. A utopia não destrói a nova sociedade, nem a substitui no que quer que seja, a utopia constitui um parâmetro exterior à sociedade, mas ao mesmo tempo inventado por essa sociedade; o bom selvagem...é a projeção homem novo naquilo que esse novo não é, como que a comentar os seus limites. (BORNHEIM, 1998, p. 51)

O processo de autoconstrução do ser humano moderno supõe um olhar sociocultural diante do novo, a fim de possibilitar sua universalização.

Um conceito de transparência, em que se vive buscando compreender o tecido sociocultural em sua própria consistência interna. Essa transparência parece recair de maneiras distintas sobre os europeus e os povos indígenas. Na fabricação da cultura moderna, o que se faz é a universalização da cultura europeia por intermédio de uma catalogação dos seus saberes, dos seus costumes, de seus idiomas, de suas instituições políticas e econômicas, dos seus modos de agir — em vários níveis, suas ações são catalogadas a fim de firmarem um saber definitivo

Na construção da universalidade, o povo indígena serve de reverso: não tem seus ensinamentos catalogados, não tem seus modos observados com respeito. É um reverso pertencente a um mundo bizarro, que deve deixar de existir de forma autônoma e passar a ser apenas como limite.

Um Outro radical, destinado a ser o reverso e ao apagamento, condenado ao epistemicídio — um mundo bizarro que não foi diferenciado, compreendido, e apenas usado como ponto de diferença, sem que suas peculiaridades fossem analisadas e guardadas de fato. A transparência dos povos entendidos como não universais e seus mundos é a utopia; pertence à imaginação e não a uma realidade — isso lhes foi tirado.

18

A criação conceitual do ser universal e do saber universal se baseia em uma ideia de hierarquia, entre pessoas e saberes. Há uma ideia de linearidade cultural, que é alimentada por uma fabricação de linearidade histórica.

Eu me posiciono contra uma temporalidade que descreve a libertação apenas em termos de “vitória” unilateral sobre a oposição. Tal perspectiva mostra “imensa condescendência da posteridade” em relação aos/às vencidos/as. Essa escrita da história transforma a narrativa das lutas dos/as oprimidos/as em uma série de derrotas sucessivas e impõe uma linearidade na qual todo recuo é visto como prova de que o combate foi malconduzido

(o que é evidentemente possível), e não como uma revelação da determinação das forças reacionárias e imperialistas em esmagar toda e qualquer dissidência. (Vergès, 2020, p.21)

Há um aniquilamento histórico — das lutas, das pessoas, de seus saberes — um esquecimento perpetrado propositalmente. Ao propor a existência de um universal, tudo deve caminhar em sua direção; as diversas possibilidades de trajeto deixam de ser relevantes e passam a ser compreendidas como erros — e isso se aplica a estruturas sociais, pessoas e saberes.

O meio de garantir essa continuidade é assegurar que o que diverge será sempre associado a algo perigoso, sujo, que compromete o social. O fazer histórico é um mecanismo de poder, de assegurar quem e como as coisas serão lembradas, de estabelecer como os mecanismos de esquecimento serão operados e, diante disso, não é só o passado que está envolvido — o presente e o futuro ficam indissociavelmente conectados a essa criação, que, ao apagar sistematicamente pessoas e saberes, o faz com a intenção de excluí-los do futuro.

Não há neutralidade — a história é sempre parcial e interessada. Porém, a visão ingênua favorece quem controla a narrativa histórica, quem opera o fazer histórico: o opressor, que detém, pela história, a manutenção da sua visão hegemônica com um aspecto de oficialidade, de universalidade, conseguindo servir aos seus interesses e trabalhando na manutenção de uma narrativa específica, opressora e hegemônica.

O projeto colonial não foi apenas uma realidade americana — como expresso anteriormente, o mundo não europeu se viu colonizado e colapsado pelos europeus. Não temos como trabalhar a colonialidade sem abordar seu caráter destruidor, e isso fica marcado em diversos trabalhos de autores oriundos de países que passaram pelo processo colonial.

A destruição de mundos é colonial, a construção de falsos mundos universais é colonial e pensar de modo decolonial é combater ativamente essa destruição, é buscar compreender o processo epistêmico ao qual estamos inseridos e resgatar saberes, se redescobrir.

19

Vandana Shiva, pensadora indiana, ecofeminista, ativista do movimento antiglobal, é uma autora decolonial que se propõe a pensar maneiras de escapar de todo o processo da falsa universalização e nos ajuda a compreender como o sofrimento perpetrado pela colonialidade não é uma especificidade da nossa realidade — não foi um caso isolado, e sim é intrínseco ao processo.

Entendimento importante para que os países com história de colonização possam compreender os motivos pelos quais desprezam seus saberes, seus povos e seu idioma, e valorizam tanto o estrangeiro, como se vivessem em uma eterna dívida de servidão.

O primeiro plano da violência desencadeada contra os sistemas locais de saber é não considerá-los um saber. A invisibilidade é a primeira razão pela qual os sistemas locais entram em colapso [...]. Além de tornar o saber local invisível ao declarar que não existe ou não é legítimo, o sistema dominante também faz as alternativas desaparecerem apagando ou destruindo a

realidade que elas tentam representar. A linearidade fragmentada do saber dominante rompe as integrações entre os sistemas. O saber local resvala pelas rachaduras da fragmentação. É eclipsado com o mundo ao qual está ligado. O saber dominante também destrói as próprias condições para a existência de alternativas, de forma muito semelhante à introdução de monoculturas, que destroem as próprias condições de existência de diversas espécies. (SHIVA, 2003, p. 22-23)

Entender que a identidade moderna foi construída e surge da necessidade de anular culturas em troca de benefícios monetários para justificar a desumanização e posterior objetificação do ser humano ajuda a compreender como certas identidades sofreram de um apagamento sistemático.

Há certos grupos identitários que são forçados ao esquecimento, que estão confinados em um sentimento de apagamento de origem, de um não passado, são sentimentos duradouros que os tornam fragilizados e que visam coibir um sentimento de união contra a opressão vivida.

Eles tornam a importância da distinção nítida quando nos dizem que a modernidade tenta controlar, ao negar a existência, o desafio da existência de outros mundos com diferentes pressuposições ontológicas. A modernidade nega essa existência ao roubar-lhes a validade e a coexistência no tempo. Esta negação é a colonialidade. Ela emerge como constitutiva da modernidade. A diferença entre moderno e não moderno torna-se – na perspectiva moderna- uma diferença colonial, uma relação hierárquica na qual o não moderno está subordinado ao moderno. Mas a exterioridade da modernidade não é pré-moderna. (LUGONES, 2014, p. 943)

A modernidade se funda na destruição, nos mecanismos violentos de esquecimento, que apagam o anterior, que afastam o entendimento de que há opções estruturais que não

20

são europeias, que não são hierarquizadas e pretensamente universais e absolutas, que não se realizam na exclusão — e que funcionam.

A ideia do horror que gera a modernidade é que ela propõe uma anterioridade vazia de sentido, de alma e de história, fazendo com que o caminho da modernidade seja o caminho da salvação, da civilização.

O reencontro com o conhecimento das identidades passadas é um caminho tortuoso, doloroso e, algumas vezes, impossível (línguas se perdem, genocídios ocorrem, epistemicídios), mas, mesmo diante de situações-limite, há resistência e potência geradora.

Dentro de nós e dentro de la cultura chicana, crenças arraigadas da cultura branca atacam crenças arraigadas da cultura mexicana, e ambas atacam crenças arraigadas da cultura indígena. De forma subconsciente, vemos um ataque contra nós e nossas crenças como uma ameaça e tentamos bloqueá-lo com um posicionamento contrário. Contudo, não é suficiente se posicionar na margem oposta do rio, gritando perguntas, desafiando convenções patriarcais, brancas. Um ponto de vista contrário nos prende em um duelo entre opressor e oprimido; fechados/as em um combate

mortal, como polícia e bandido, ambos são reduzidos a um denominador comum de violência. O “contraposicionamento” refuta os pontos de vista e as crenças da cultura dominante e, por isso, é orgulhosamente desafiador. Toda reação é limitada por, e subordinada à, aquilo contra o qual se está reagindo. Porque o “contraposicionamento” brota de um problema com autoridade – tanto externa como interna – representa um passo em direção à liberação da dominação cultural. Entretanto, não é um meio de vida. A uma determinada altura, no nosso caminho rumo a uma nova consciência, teremos que deixar a margem oposta, com o corte entre os dois combatentes mortais cicatrizado de alguma forma, Arthur Koestler criou o termo “bissociação” (bisociation) a fim de que estejamos nas duas margens ao mesmo tempo e, ao mesmo tempo, enxergar tudo com olhos de serpente e de águia. Ou talvez decidamos nos desvencilhar da cultura dominante, apagá-la por completo, como uma causa perdida, e cruzar a fronteira em direção a um território novo e separado. Ou podemos trilhar uma outra rota. As possibilidades são inúmeras, uma vez tenhamos decidido agir, em vez de apenas reagir. (ANZALDÚA, 2005, pp: 705-706)

No risco absoluto, a sobrevivência exige criatividade — criatividade para permanecer vivo, para agir dentro das redes de poder, para não ser apagado, esquecido. Acredito que a arte seja uma possibilidade de contar a história do vencido: a busca por contar uma história que, forçosamente, foi esquecida, que tentaram que fosse apagada, mas que é uma semente que floresce em vários galhos artísticos, nas mais diferentes mídias.

Vergès propõe uma pedagogia do conhecimento, que sugere que ele seja uma rede — que os saberes não sejam hierarquizados, que fluam e se complementem. Os fenômenos e os entendimentos subjetivos se somam para construir um todo saber, sem prioridades, sem vozes universais com seus saberes absolutos — saberes que são afluentes em um grande rio do conhecimento humano.

21

Ela se questiona acerca daquilo que não enxerga, tenta desconstruir o cerco escolar que lhe ensinou a não mais ver, a não mais sentir, a abafar seus sentimentos, a não mais saber ler, a ser dividida no interior de si mesma e a ser separada do mundo.[...] Ela se questiona acerca daquilo que não enxerga, tenta desconstruir o cerco escolar que lhe ensinou a não mais ver, a não mais sentir, a abafar seus sentimentos, a não mais saber ler, a ser dividida no interior de si mesma e a ser separada do mundo. [...] Os feminismos de política decolonial são respaldados em teorias e práticas que certas mulheres forjaram ao longo do tempo no seio das lutas antirracistas, anticapitalistas e anticoloniais, contribuindo para a ampliação das teorias de libertação e de emancipação no mundo inteiro. (Vergès, 2020, pp. 38-42)

As lutas por emancipação e a arte caminham juntas, dando espaço para os que tão comumente figuram às margens. A arte integra, em pé de igualdade, os saberes racionais — o fim da hierarquização do conhecimento, uma aproximação ao saber que invoca a pluralidade, as diversas formas de expressão e cosmovisões.

Seja com a música, com Caetano e Gil cantando *Haiti* e nos fazendo compreender a fragilidade da vida preta, socialmente marginalizada e descartável; ou com o RAP, que reivindica mais do que mera sobrevivência, denuncia a chacina dos corpos negros e busca marcar sua potência criativa no mundo.

80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo
Quem disparou usava farda (Mais uma vez)
Quem te acusou nem lá num tava
(Banda de espírito de porco)
Porque um corpo preto morto é tipo os hit das parada
Todo mundo vê, mas essa porra não diz nada ⁷(EMICIDA, 2019)

Ou o cinema, com diretores não hegemônicos como Spike Lee, narrando perspectivas esquecidas, demarcando o privilégio branco e enfatizando a vida negra — seus desafios e suas realizações. Lee traz personagens mais viscerais, com defeitos e qualidades, que vivem em uma sociedade que os marca para morrer. E, apesar desses ataques diretos às suas existências, as pessoas negras vivem e constroem. Ou como o diretor Alfonso Cuarón, com seu filme *Roma*, que mostra como a vida não branca pode estar submetida às sutis formas de violências diárias — de modo não falado —, onde suas dores não são contabilizadas, suas vidas pessoais desvalorizadas e seu valor atribuído a uma servidão silenciosa e prestativa. Ou ainda a fotografia, que não apenas retrata, mas também se torna instrumento de luta e defesa — como no trabalho de Claudia Andujar, que, por intermédio de suas fotos, buscou proteger os direitos dos indígenas Yanomami.

Na história da fotografia brasileira, a causa indígena ganha visibilidade com o trabalho de Andujar. Desde o início de sua carreira, a fotógrafa conciliava

⁷Letra Ismália, composição Emicida, NAVE Beatz e Renan Samam, 2019.

a militância nessa causa com fotografias em preto e branco de cenas do cotidiano que já eram reconhecidas no circuito da arte, assim como fotografias dos próprios Yanomami, realizadas em um contato inicial que se deu de 1971 a 1977. Na década de 1980, Andujar viaja acompanhada de dois médicos para uma expedição de salvação que percorre diversas tribos Yanomami da Amazônia com o objetivo de vacinar os índios que ali viviam contra uma epidemia que os atingiu em decorrência do contato com o homem branco na ocasião da construção de uma rodovia no local. Andujar tinha a tarefa de identificar os índios de diversas aldeias para produzir retratos que compuseram sua ficha médica. Uma vez que os Yanomami não respondem a nome próprio, para essa identificação foram feitas fotos de cada índio utilizando placas com uma numeração junto ao corpo, e essas fotos foram posteriormente incluídas nas fichas médicas de cada um deles. (BRACCHI; SOARES, 2019, p:5)

Ou as artes plásticas realizadas por Jaider Esbell, indígena do povo Makuxi, que se identifica como um arteativista e, em seu trabalho *TransMakunaima, O Buraco é Mais Embaixo*, conta com duas coleções: *Meu Avô Makunaima* e *It Was Amazon!*. Esbell faz uma crítica a *Macunaíma, o Herói sem Nenhum Caráter*, do escritor Mário de Andrade, e reivindica seu protagonismo e lugar de fala como indígena Makuxi, questionando esse mito gerador do que seria uma suposta identidade brasileira.

Enquanto Mário de Andrade nos diz sobre um “herói sem nenhum caráter” em sentido pejorativo, Esbell traz à luz a descaracterização de Makunaima, uma

energia criadora que não tem caráter no sentido de forma definida, uma entidade que pode assumir todos ou qualquer caráter ou forma. “Assim, Makunaima é muito maior e mais abrangente do que a figura caricata que nos foi passada”(Esbell, Jader)⁸

Ou a escrita, que é versátil — seja em críticas declaradas ou narrando cotidianos por perspectivas não usuais dos bestsellers —, propondo outros olhares e pensamentos. A invisibilidade do universal persiste em agir em nossa realidade, que por vezes não permite que a arte fale por si, mas sente uma necessidade de catalogar quem a faz, buscando marcadores que servem tanto para validar como para descreditar algo como verdadeiramente artístico.

O que é uma escritora lésbica? O rótulo na frente de uma escritora a posiciona. Sugere que a identidade é socialmente construída. Mas só para a/o “outra/outro” cultural. Inconscientes do privilégio e absortos em arrogância, a maioria dos escritores da cultura dominante nunca especifica sua identidade; eu quase nunca os escuto dizer: Eu sou um escritor branco. Se a/o escritor/a é classe média, branca/o, heterossexual, ela/ele é coroada/o com o chapéu “escritor/a” – nenhum adjetivo mitigante depois. Me consideram uma escritora Chicana, ou uma escritora Chicana lésbica. Adjetivos são uma forma de coagir e controlar. “Quanto mais adjetivos você tem, mais apertada é a caixa” . O adjetivo depois de escritora marca, para

⁸ESBELL, Jaider *TransMakunaima* Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=131&v=3W7hR6SOBGA Acesso em: 25 jun. 2018.

23

nós, a escritora “inferior”, ou seja, a escritora que não escreve como eles. Marcar é sempre “rebaixar”. E quando eu defendo colocar Chicana, tejana, de classe operária, poeta dyke-feminista junto a meu nome, eu o faço por razões diferentes daquelas da cultura dominante. As razões deles são marginalizar, confinar, e conter. Meu rotular a mim mesma é para que a Chicana e lésbica e todas as outras pessoas em mim não sejam apagadas, omitidas, ou assassinadas. Nomear é como eu faço minha presença conhecida, como eu afirmo quem e o que eu sou e como quero ser conhecida. Nomear a mim mesma é uma tática de sobrevivência. (ANZALDÚA, 2009, p.164) ⁹

Essa categorização característica do pensamento colonial influencia diretamente a nossa sociedade contemporânea, demarcando quem são as pessoas capazes de fazer algo relevante, seja no campo das artes, das ciências práticas ou sociais e os demarcadores de relevância privilegiam as pessoas brancas, mantendo o direito a voz, a expressão como propriedade da branquitude.

Considerações Finais

A epistemologia ocidental é marcada pelo racismo universalizante, no qual a palavra e a razão são características do ser humano branco, que cria saberes calcados em ideias claras e distintas; e a irracionalidade e a emoção pertencem aos povos não brancos, que são acusados de criar credices e falsos conhecimentos. Pensar a desuniversalização é pensar espaços de resistência e criação de saberes não hegemônicos, que estão atentos às

diferentes realidades e necessidades, que não mascaram as alteridades em nome de uma falsa unificação.

A possibilidade de construções ontológicas que não sejam fixadas em um ser que elimina todos os outros seres a fim de se constituir — uma constituição do ser não pensando o Universal, e sim o Pluriversal — e, a partir desse lugar, pensar uma ética realmente capaz de compreender as alteridades, supondo uma relação entre pessoas e não uma relação entre possuidor e possuído.

Do entendimento da impossibilidade de “olhos que tudo veem”, o saber é lacuna; as vivências são distintas e as percepções de mundo, únicas. Há que se aceitar e esperar o diferente, o não pensado, o não visto — há que se querer construir pontes, e não rodovias expressas para o conhecimento. O saber como rede, e não como certeza.

Enquanto a estrutura epistemológica empregada compreender o saber como algo piramidal, onde o pico é a excelência e a destinação final, teremos formulações excludentes,

⁹ Tradução feita por Tatiana Nascimento do ensaio To(o) queer the writer – loca, escritora y chicana. In: KEATING, AnaLouise (Ed.).

que invisibilizam pessoas e seus saberes, além de os posicionarem hierarquicamente abaixo — quanto seres humanos, seres menos evoluídos e inferiores.

Nessa marginalização, seus corpos ficam expostos; a violência e a falta de direitos os encontram com mais facilidade em uma estrutura que lucra com sua objetificação. Há um sistema que é ditado por preconceitos, que se ramifica por toda sua estrutura — e não é possível alterá-lo ou defender sua permanência. É preciso reconhecer os privilégios e os privilegiados; é necessário responsabilizar os mecanismos de perpetuação das desigualdades e reconhecer a quem isso interessa.

É preciso confrontar a realidade e aceitar que há um passado esquecido — e buscar as vozes apagadas, as lutas traçadas e os saberes desprezados. A luta não é individual, assim como a libertação também não poderá ser. A luta é contra um sistema neoliberal estruturado pelo colonialismo. Não há melhorias quando o sistema entende que há pessoas que são corpos descartáveis — o que há é a busca por uma ruptura radical, por um entendimento de que essa estrutura não é mais sustentável, de que é preciso apostar em um futuro ainda não visto.

Referências

- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. , **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/2005
- _____. **The Gloria Anzaldúa reader**. Durham: Duke University Press, 2009.

BANCEL, Nicolas; BLANCHARD, Pascal; LEMAIRE, Sandrine. **Os jardins zoológicos humanos**. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/os-jardins-zoologicos-humanos/> Acesso em: 25 nov. 2019

BORNHEIM, Gerd. **O conceito de descobrimento**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BRACCHI, Daniela Nery; SOARES, Paula. O projeto Marcados, de Claudia Andujar: uma discussão sobre práticas e gêneros fotográficos. **Revista Intexto** Porto Alegre, UFRGS, n. 45, p. 268-291, maio/ago. 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Feusp, 2005

EMICIDA; VASSÃO, Felipe; DUJ, Dj; Belchior. **AmarElo**, 2019.

_____; BEATZ, Nave; SAMAM, Renan. **Ismália**, 2019.

ESBELL, Jaider. **TransMakunaima** Disponível em: www.youtube.com/watch?time_continue=131&v=3W7hR6SOBGA Acesso em: 25 jun. 2018.
25

GOMES, Renata Andrade. **A controvérsia de Valladolid: debate acerca da guerra justa, escravização dos índios e a questão do nascimento dos direitos humanos**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/17394/a-controversia-de-valladolid-debate-acerca-da-guerra-justa-escravizacao-dos-indios-e-a-questao-do-nascimento-dos-direitos-humanos/2> Acesso em: 16/04/2019.

GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzalez: O feminismo negro no palco da história**. Disponível em: www.redeh.org.br/wp-content/uploads/2017/08/lelia-gonzalez.pdf Acesso em: 25 nov. 2019

GRANDELLE, Renato. **Estudo de crânios serviu como base à falha ciência do racismo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/estudo-de-cranios-serviu-como-base-falha-ciencia-do-racismo-12370323> Acesso em: 05 mai. 2019

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017

HISTORY OF SENEGAL Disponível em: www.historyworld.net/wrldhis/plaintexthistories.asp?historyid=ac64 Acesso em: 25 nov. 2019

HISTORYWORLD. **Timeline: French empire**. Disponível em: www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780191737596.timeline.0001 Acesso em: 25 nov. 2019

LONELY PLANET. **History** Disponível em: www.lonelyplanet.com/martinique/history acesso em: 25 nov. 2019

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, 2014

MAIA, Dhiego. **Adolescente é despido, amordaçado e chicoteado por furtar chocolate.** Disponível em: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/adolescente-e-despido-amordacado-e-chicoteado-por-furtar-chocolate.shtml Acessado em 16 out. 2019

MIÑOSO, Yuderkys. Feminismo descolonial: uma teoria voltada para luta. **Revista Brejeiras**. Vol.2, N.04. Jun.Jul.Ago.2019

MONTESINOS, Frei Antônio de. **Sermão do 4º domingo do Advento de 1511.** Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antigos-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/frei-antonio-de-montesinos-sermao-do-4o-domingo-do-advento-de-1511.html Acesso em:16 abr. 2019

26

NOVAES, Marina. **As sandálias da polêmica** Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/13/politica/1423839248_331372.html Acesso em: 20 nov. 2019

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América.** , Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor2005.

ROCHA, Mauro. **Breve história da formação territorial, propriedade privada e registro público do Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/387844/historia-da-formacao-propriedade-privada-e-registro-do-brasil> Visualizado em: 28 jan. 2025

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente:** perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SAHO, South African History Online. **Sara “Saartjie” Baartman** Disponível em: www.sahistory.org.za/people/sara-saartjie-baartman Acesso em 25 nov. 2019

TEIXEIRA, Eduarda; MARCOLINO, Aline. Entenda a origem e o significado de “Sul Global”. **Poder 360.** Disponível em : <https://www.poder360.com.br/internacional/entenda-a-origem-e-o-significado-de-sul-global/> Acesso em: 3 jul. 2025

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial** / Françoise Vergès; traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu,2020.